

AMBIENTES DESENCANTADOS: O SÉCULO XVIII E O REINO DAS RACIONALIDADES

Humberto Calloni*

RESUMO

A fim de que possamos compreender a complexidade do século XVIII, também denominado século das luzes, não há como nos esquivarmos de uma apreciação pontual, ainda que nem de longe esgotada, da produção científica e filosófica ao longo do século XVII europeu. O século XVIII filosófico é caudatário da crise do aristotelismo no século XVI e do advento, no século XVII, de um *Novum organum*, de um método de investigação da realidade a partir de uma dupla entrada: a entrada do empirismo, representado pela nova ciência experimental inaugurada por Galileu Galilei (1564-1642), por Francis Bacon (1561-1626), pelas descobertas de Copérnico (1473-1543), de Jean Kepler (1571-1630) e de Isaac Newton (1642-1727). A segunda entrada refere-se ao racionalismo idealista de René Descartes (1596-1650). Trata-se, portanto, do Iluminismo, suas promessas e seu desencantamento quanto ao fim último da racionalidade.

Palavras-chave: Iluminismo, ambientação, ciência.

ABSTRACT

In order to understand the complexity of the 18th century, also known as the Century of Enlightenment, we cannot avoid a punctual appreciation, though incomplete, of the scientific and philosophical production of the 17th century in Europe. The

* Doutor em Educação, professor do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento (FURG), hcalloni@mikrus.com.br

philosophical 18th century is obedient to the 16th-century Aristotelism crisis, and to the advent (in the 17th century) of a *Novum organum*, a method of investigation of the reality based on a double entry: a) empiricism, represented by the new experimental science introduced by Galileo Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626), and by the discoveries made by Copernicus (1473-1543), Jean Kepler (1571-1630), and Isaac Newton (1642-1727); and b) René Descartes (1596-1650)'s idealistic rationalism. Therefore, this paper is about The Enlightenment, its promises and its disenchantment with the ultimate target of rationality.

Key words: The Enlightenment; Environment; Science.

1 – CARACTERÍSTICAS FILOSÓFICAS DO SÉCULO XVII EUROPEU

Acredito ser importante uma breve apresentação dos intelectuais que, segundo a já clássica literatura a respeito, mais influenciaram o pensamento do século XVII.

Galileu Galilei combina o uso da linguagem matemática com o recurso dos experimentos, que lhe permitirão comprovar empiricamente os enunciados científicos. Galileu afirma que “o livro da natureza é escrito em linguagem matemática”. Critica o sistema geocêntrico e reafirma o acerto da astronomia de Copérnico, inaugurando o desenvolvimento da física e da astronomia modernas. As teorias de Galileu contradizem a visão aristotélico-tomista do universo ensinada nas escolas (escolástica) e se confronta com a doutrina cristã. Sendo inquirido pela Inquisição, é obrigado a retratar-se. Mas continua, em silêncio, suas pesquisas.

Já Bacon rebela-se contra as disputas estereis da escolástica ao afirmar que “a ciência não é um conhecimento especulativo, nem uma opinião a ser sustentada, mas um trabalho a ser feito” (Japiassu, 1990, p. 32) para a utilidade e o poder humano. Nesse sentido, e perseguindo seu desejo de transformar a filosofia, Bacon estabelece a formulação de um método experimental e indutivo com a condição de que sejam eliminadas as falsas noções, isto é, os *ídolos* (imagens, fantasmas tomados como realidades). Bacon determina que os *ídolos da tribo* (*Idola tribus*) se

referem às falsas noções da espécie humana (as falácias dos sentidos, a tendência à personalização, etc.); os *ídolos da caverna* (*Idola specus*), ou seja, as falsas noções oriundas das nossas afecções psicológicas individuais que podem induzir ao erro (alusão ao mito platônico); os ídolos do mercado (*Idola fori*), as falsas noções advindas da psicologia social, da própria linguagem de que nos servimos; os *ídolos do teatro* (*Idola theatri*), as falsas noções provenientes das doutrinas, da autoridade, do prestígio que alguns desfrutam no cenário público e que pode comprometer uma percepção objetiva e pessoal da realidade. Bacon acredita que “saber é poder” e que o aperfeiçoamento da ciência conduz ao aperfeiçoamento da sociedade.

Por sua vez, Nicolau Copérnico critica o sistema ptolomaico e afirma que o Sol é o centro do nosso sistema e a Terra e os demais planetas giram em torno dele. Na verdade, o modelo heliocêntrico remonta à Grécia do século III a.C., inspirado pelo filósofo Aristarco de Samos. No mesmo ano da morte de Copérnico é publicado o livro “Sobre a revolução das órbitas celestes” (*De revolutionibus orbium caelestium*), onde demonstra, matematicamente, hipóteses de que a Terra é redonda e gira em torno do Sol num movimento uniforme. Para a Igreja medieval, sobretudo em relação às doutrinas escolásticas, as teorias de Copérnico trazem profundas consequências políticas e religiosas, principalmente para a ordem social e cultural de então¹. De qualquer forma, a partir de Copérnico intensifica-se o cálculo matemático aplicado à física.

Kepler estabelece uma tradução matemática rigorosa a partir das

¹ PONCE (1989:115) nos ensina que na Idade Média não se dizia estudar um curso de Moral, *mas sim ler um livro de Moral*; ao invés de seguir um curso usava-se sempre a expressão *ouvir um livro* (*audire, legere librum*). Tanto para São Tomás, no século XIII, quanto para Santo Agostinho, no século IV, o único mestre era Deus. Conseqüentemente, durante a Idade Média, a obra de qualquer docente só poderia ser secundária e acidental, qualquer coisa como a tarefa de um guia que coopera com Deus.

descobertas de Copérnico. Formula três leis orbitais planetárias: A primeira estabelece que as órbitas são elípticas e não circulares; a segunda, que os vetores dos planetas descrevem áreas iguais em tempos iguais; a terceira, que os quadrados dos tempos de translação dos planetas estão entre si como os cubos das suas distâncias do Sol.

Surge então Newton, um físico e matemático inglês, que é considerado até hoje em dia o fundador, o pai da física moderna, talvez por formalizar a mecânica de Galileu e formular a lei da gravidade universal. Newton também destaca-se na ótica e sobre a natureza da luz. Com Isaac Newton ocorre o amadurecimento da concepção de ciência moderna, notadamente a partir das contribuições de Bacon, Galileu e Descartes, ou seja, com a geometria analítica e o cálculo infinitesimal, onde a física consagra-se como um “seguro caminho das ciências”, da qual Kant (1724-1804) será um de seus herdeiros. É que Kant considerava a física de Newton um modelo de ciência desenvolvida e acabada, devendo servir de inspiração à filosofia e às demais ciências. Finalmente, sem dúvida, a influência do pensamento científico newtoniano ainda pode ser percebida nos tempos atuais.

Quanto à Filosofia, o século XVII é marcado pelo ressurgimento de um pensamento vigoroso representado por Malebranche, Espinosa, Leibniz, Pascal e, além de outros importantes pensadores, pode-se destacar Descartes, na França e Francisco Bacon e David Hume na Inglaterra.

Com René Descartes a filosofia do século XVII inaugura o racionalismo enquanto método de abordagem do real. O *racionalismo* pode ser definido como a doutrina que, por oposição ao ceticismo, atribui à razão humana a capacidade exclusiva de conhecer e de estabelecer a verdade (Japiassu, 1991, p. 85). O homem é tomado como substância pensante. Como ser de razão. Para Johannes Hessen (1979), o racionalismo é uma posição epistemológica que vê no pensamento, na

razão, a fonte principal do conhecimento humano. Assim, um conhecimento só merece na realidade este nome quando é logicamente necessário e universalmente válido. Por exemplo, quando formulamos o juízo “o todo é maior do que a parte”, temos aí uma verdade evidente por si mesma, logicamente necessária e universalmente válida.

Note-se que o racionalismo pressupõe uma posição apriorista e anti-histórica do conhecimento humano.

Mas Descartes também é *idealista*. O que isso quer dizer? Ainda que o idealismo possua sentidos diferentes (por exemplo, o idealismo metafísico difere do idealismo epistemológico e neste último podemos subdividir em idealismo subjetivo (psicológico) e idealismo objetivo ou lógico), o certo é que Descartes aponta para um idealismo epistemológico, ou seja, do sujeito pensante, no qual a realidade, as coisas existentes, só existe *para mim*, na minha consciência. Sendo assim, o idealismo subjetivo aponta para o fato de que a única e segura verdade que *eu* tenho é a que existe enquanto *estou* presente diante das coisas. O *Cogito ergo sun*, isto é, “penso, logo existo/sou” significa que a minha existência ou o meu ser passa a existir a partir da evidência que o meu pensamento tem sobre si mesmo, sobre *sua* existência. Ou seja, só sei das coisas se eu as vejo, as toco, as penso, as quero, etc. (a palavra *cogitatio* não significa só pensar, mas todo o ato psíquico).

Descartes busca um *método* para se acercar da verdade de tal forma rigoroso que desde os primeiros passos o filósofo tem que renunciar ao mundo (*res-extensa*). “A natureza que tão gozosamente se revelava ao homem renascentista pelos sentidos, é algo totalmente inseguro” (Mariás, s/d, 217). A única coisa que não pode ser falsa é a sua própria (dele, Descartes) existência. Ouçamos Descartes:

(...) Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que

pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava (4ª parte d'O Discurso do Método).

O Cogito cartesiano estabelece o dualismo entre a razão e a natureza ou entre o sujeito que pensa e a natureza pensada. *Res-cogitans* (o pensamento) e *res-extendens* (a extensão, a matéria, a natureza) estão definitivamente separados. Daí que,

Para Descartes, a existência de Deus, a espiritualidade da alma ou a definição de matéria como pura extensão são verdades apreendidas diretamente por nosso entendimento e cuja certeza não depende nem da observação dos fatos nem da experiência, nem do cálculo das probabilidades ou do valor dos testemunhos. Assim, visando a atingir a essência das coisas, para daí reduzir conseqüências e aplicações, o método cartesiano opunha-se ao espírito experimental nas ciências da natureza, de uma parte, e ao espírito histórico nas ciências humanas, de outra parte (Desne, Roland: 1974, p. 75)².

Interessante constatar que é o próprio Roland Desne quem irá reparar parte de sua opinião acerca de Descartes ao afirmar que “Contudo, D’Alembert dirá que Descartes, “pelo menos ousou mostrar aos bons espíritos como sacudir o jugo da escolástica, da opinião, da autoridade,

² Descartes, na realidade, não se opunha ao espírito experimental da ciência, pelo contrário. Lembremos que o filósofo desistiu de publicar o seu livro sobre o mundo (1633), quando soube o que estava acontecendo com Galileu em Roma. Ponce (1989, p. 127) destaca que Descartes, em seu Discurso do Método, disse que “em lugar da “filosofia especulativa que se ensina nas escolas, deveríamos ter uma filosofia prática, por meio da qual, conhecendo as ações do fogo, da água, do ar, dos astros e de todos os outros corpos que nos rodeiam, tão bem quando conhecemos os ofícios dos nossos artesãos pudéssemos empregá-los do mesmo modo a todos os fins que lhes são próprios, tornando-os assim, amos e donos da Natureza”

numa só palavra, dos preconceitos e da barbárie”³ (Ibidem, p. 75).

2 – O SÉCULO XVIII E O DESPONTAR DO MOVIMENTO ILUMINISTA

A riqueza do pensamento científico e filosófico do século XVII será o fermento das mudanças sócio-político-culturais em diversos países europeus e mesmo nos Estados Unidos. O século XVIII representará o termo da especulação, do pensamento metafísico ao século anterior. Na verdade, a Filosofia, no século XVIII, ficará num segundo plano, perderá o seu espaço próprio e se banalizará. É que o “século das luzes” terá por vocação a difusão da profunda atividade filosófica do século XVII, das idéias gestadas naquele período e que agora, ao se popularizarem, ao atuarem nas massas, perdem o viço original e deixam-se trivializar, como sói acontecer.

“No século XVIII, uma série de escritores hábeis e engenhosos, que se chamam a si mesmos, com tanta insistência como impropriamente de ‘filósofos’, expõem, glosam e generalizam uma série de idéias que – de outra maneira e com outro alcance – foram pensadas pelas grandes mentalidades europeias do séc. XVII. Essas idéias, ao cabo de uns anos, enchem o ambiente, são absorvidas, convertem-se na base sobre a qual as pessoas se afirmam. (...). A Europa mudou totalmente, de um modo rápido, quase brusco, *revolucionário*. E esta transformação (...) determinará a Revolução Francesa” (Mariás, s/d. p. 260-1).

O Iluminismo foi um movimento cultural e intelectual do séc. XVIII, que tinha por características a emancipação do homem das concepções medievais predominantes nas práticas religiosas, sobretudo

³ “Assim ele inaugura a virada *epistemológica do pensamento*, distanciando-se das noções de autoridade e tradição que vigorava até sua época”, comenta Trevisan (2002, p. 43).

as católicas. Esse período histórico, também denominado, como já dissemos, “século das luzes”, ilustração, *Aufklärung*, afirmava a Razão como elemento norteador do progresso e do bem-estar como projeto de vida, de mundo do homem europeu ocidental. E isso graças às contribuições das ciências e da especulação metafísica do século anterior, que enaltecia a razão humana como a única capaz de compreender o mundo. Neto (1985, p. 246) comenta que as manifestações iluministas não foram idênticas em todos os países. De fato, na Alemanha o movimento Iluminista recebeu a denominação de *Aufklärung* (significa classificação de líquido e esclarecimento, explicação, iluminação, etc.) e teve um caráter antimetafísico e, conseqüentemente, de apologia da Filosofia das ciências empíricas, notadamente das matemáticas e da física. Na Inglaterra, o Iluminismo teve como principal divulgador John Locke (1632-1704), considerado o pai do liberalismo moderno, que nega a existência das idéias inatas. Para Locke, o espírito humano é uma tabula rasa, onde a experiência imprime suas sensações. Com isso, queria dizer que as idéias se originam na experiência, na sensação. A reflexão, atividade da Razão, tem o papel de ordenar os conceitos. O alcance das teses de Locke, para o século XVIII, é imenso: para o filósofo, a realidade só deve ser compreendida pela observação direta, a análise concreta dos fatos, e não por via da dedução a partir das idéias. Daí a sua recusa ao dualismo cartesiano, a dedução de leis do universo a partir de alguns princípios captados diretamente pela razão.

Além de Locke, no Iluminismo inglês também figuram, dentre outros, David Hume (1711-1776), cujo “Tratado sobre a Natureza Humana” influenciou profundamente o continente europeu e que “despertou Kant do dogmatismo”.

O Iluminismo francês teve influência do inglês. Da disciplina, da hierarquia, da autoridade, dos dogmas, passa-se às idéias de independência, de igualdade, de fraternidade, de uma religião natural,

inclusive de um anticristianismo.

Foi François-Marie Arouet (1694-1778), mais conhecido pelo seu pseudônimo de Voltaire, quem divulgou na França as idéias de Locke, de Newton e dos críticos da religião. Voltaire insurgia-se contra os preconceitos, os fanatismos e as superstições. Em 1764 publicou o “Dicionário Filosófico Portátil”, cujo conteúdo era um alimento intelectual para os descontentes com a ordem, a ambientação política e cultural existentes. Esse dicionário foi o primeiro livro de bolso da história e era colocado debaixo das portas, pendurado nos cordões das campainhas e bancos de passeios públicos, segundo seus biógrafos.

A Enciclopédia surge como um instrumento para divulgar os resultados da ciência natural e as doutrinas empíricas e deístas dos ingleses e do iluminismo francês. Podemos citar Denis Diderot (1713-1784), o qual dirigia a Enciclopédia, além de D’Alembert (1717-1783), Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), D’Holbach (1723-1789), François Quesnay (1694-1774), além do próprio Voltaire e outros. Esse órgão de divulgação do progresso das ciências e da filosofia foi um veículo máximo das idéias do Iluminismo. Transmitia um pensamento crítico e atacava a Igreja e todas as convicções vigentes.

O Iluminismo alemão é influenciado pelo Iluminismo inglês e francês. Lessing (1729-1781), Alexander Baumgarten (1714-1762) e Christian Wolff (1679-1754) são fundamentais para o pensamento da vanguarda iluminista. Mas é com Immanuel Kant (1724-1804) que o Iluminismo alemão adquire uma apreciação positiva mais ampla ao responder à questão: “O que é o Iluminismo?” (*Was ist Aufklärung?*, dezembro de 1784):

A saída do homem da sua minoridade, da qual é ele próprio o responsável. Minoridade, isto é, incapacidade de se servir do seu entendimento sem a direção de outrem, *minoridade da qual é ele próprio responsável*, já que a sua causa reside não num defeito do

entendimento, mas numa falta de decisão e de coragem de se servir dela sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento. Eis a divisa do Iluminismo”⁴

Embora Kant não tenha tido uma vida política ativa, a sua importância para o Iluminismo reside exatamente da sistematização das idéias de seus predecessores e da tentativa de criar um Direito Racional. É ainda Neto (1985, p. 253) quem nos ensina que o Direito Político, em Kant, regulariza a vida dos homens enquanto indivíduos, enquanto o Direito Natural decorre das leis da liberdade condicionadas pelo imperativo categórico, ou seja, como fim em si mesmo. Por isso, o Direito Natural é racional, absoluto, imutável e universal.

Além da propagação do Iluminismo nos Estados acima descritos, o movimento também se manifestou na Itália, principalmente com Giovanni Battista Vico (1668-1744) e César Beccaria (1735-1794). Portugal também não ficou imune à influência dos enciclopedistas. Nesse sentido, D.João V, em 1720, funda a Academia Real da História Portuguesa, eliminando as três censuras antes existente: a Real, a Inquisição e a da Igreja. (Neto, p. 255). Timm de Souza assinala que

Também em Portugal tem o Iluminismo seus ecos. É de se notar, entretanto, que a forma que assume assemelha-se muito mais ao modelo italiano, cristão e católico, do que ao modelo francês ou alemão – trata-se antes de um Reformismo e de um Pedagogismo, traduzido em um programa político de governo (Timm de Souza, 2003, p. 38).

E mais:

Entre os fatos culturais que mais se destacaram à época, sem dúvida

⁴ Em Kant: *La Philosophie de l'Histoire*, apud. Desné, Roland, 1974:73.

se conta a famosa expulsão dos jesuítas (na verdade, supressão da Companhia de Jesus), em 9 de setembro de 1773. (...) Muito embora a censura não tenha sido extinta, mas substituída por outra, o Iluminismo português deu oportunidade à criação, por exemplo, da Academia de Ciências de Lisboa (que teve, como sócio correspondente, o enciclopedista d’Alembert), e inspirou idéias de liberação intelectual e política, por sua vez ferrenhamente perseguidas (Ibidem, p. 38).

Nos Estados Unidos o Iluminismo se infiltrou através da ação política. As palavras constantes no início da Declaração da Independência Norte-Americana revelam a presença dos ideais revolucionários que estarão presentes também na Revolução Francesa e na Declaração dos Direitos do Homem.

3 – AMBIENTES DESENCANTADOS NO REINO DAS RACIONALIDADES E A TENTATIVA DE REENCONTRO DO ENCANTAMENTO DA RAZÃO PARA CONSIGO PRÓPRIA

Como se pode observar, a passagem do século XVII ao século XVIII sofre uma severa transformação sócio-político-cultural na Europa e mesmo na América, com intensidades e formas bem diversificadas. É por isso que não se pode reduzir o entendimento do Iluminismo ao *Cogito* cartesiano, mesmo porque o *movimento das luzes*, ainda que consubstanciado como o guardião da nova racionalidade, não teve como operador de sentido último o *inatismo* da Razão, mas exatamente a ênfase no seu oposto em ascensão, ou seja, o *empirismo*. Em outras palavras, a *filosofia* do Iluminismo não se coloca sob a bandeira de Descartes, ainda que se anuncie aí uma aproximação. O “*Penso, logo existo*” cartesiano é a um tempo antagônico, concorrente e complementar ao “*Sou, logo penso*”. Mesmo assim, D’Alembert será mais rigoroso

nessa apreciação aproximativa e dirá que o seu “*Sou, logo penso*” seria de algum modo o *cogito* do filósofo iluminista, bem próximo ao *cogito* cartesiano. É que Descartes forneceu a esses filósofos suas armas, mas, diz ainda D’Alembert, “nós as voltamos *contra* ele” (cf. Desné, 1974, p. 75). Em suma, se a *filosofia* do Iluminismo não se coloca sob a égide de Descartes é porque o movimento fez o seu aprendizado junto a Newton e Locke.

O deísmo, a ideologia política (liberdade, governo representativo) e a tolerância apontam para um universo completamente novo em relação à reverência, à tradição e à autoridade. Quando Descartes afirma que Deus, a alma, a matéria (*res-extensa*) são diretamente apreendidos pelo nosso entendimento e cuja certeza não depende nem da observação dos fatos, nem da experiência, nem do cálculo das probabilidades ou do valor dos testemunhos, ele, Descartes, rompe com a tradição e a autoridade da Igreja, da escolástica mas, ao mesmo tempo, inaugura um dualismo insuperável no âmbito da filosofia tradicional. A realidade mesma passa a depender unicamente do indivíduo pensante, numa espécie de *solipsismo* exacerbado em que não admite a alteridade da matéria com o mesmo estatuto epistemológico de conhecimento verdadeiro. No limite, nenhuma teoria filosófica poderá unir novamente a unidade essencial entre o sujeito e o objeto, salvo se recuperar ou melhor, inaugurar uma abordagem de tal ordem que estabeleça os nexos que naturalmente sempre existiram entre o pensamento e a coisa pensada, mas que o paradigma cartesiano segmentou e operou para o interesse da própria ciência e da filosofia em ascensão século XVIII, que é a ciência burguesa e o pensamento da liberdade seqüestrado para as políticas emergentes em relação à responsabilidade, liberdade e igualdade dos indivíduos a partir dos interesses da burguesia. Nada mais conveniente para a classe burguesa do que a apropriação do método cartesiano com o seu dualismo! A ciência passa a ser a ciência isenta de

culpabilidade, uma vez que a divindade não mais administra os expedientes da liberdade individual.⁵

A questão fundamental do Iluminismo, onde quer que ele se revelou em sua efervescência, é exatamente exaltar a *maioridade* do pensamento, da relação social, da igualdade e da liberdade do indivíduo em uma sociedade regrada por normas jurídicas racionais. É a isso que Kant se refere. “*Sapere aude!*”. Porém, o preço da autodeterminação do indivíduo paga um caro tributo: a natureza é racional. Ao destronar a divindade como imanente à natureza e à ordem social estabelecida por séculos de ignorância, também se destronaram os mitos, os preconceitos e as crenças que de alguma forma encantavam a ambientação do mundo medievo. Mas os iluministas

“(…) não se sentiam comprometidos com esse passado. Criticavam-no, avaliavam-no e, até mesmo, repudiavam-no. O compromisso deles era com o futuro. E na possibilidade e bondade desse acreditavam com um otimismo juvenil. Daí a dureza e a implacabilidade da crítica. A ciência se arvorava como a juíza suprema de todos os valores” (Lara, 1986, p. 79-70).

A liberdade descoberta pela razão iluminista tem o gosto da ideologia de uma burguesia que se sentia suficientemente forte para contestar as monarquias absolutas. Sendo a natureza racional, “as condições únicas para o homem encontrar os caminhos preciosos da razão é o espaço da liberdade deixado a cada indivíduo para ele ser e agir”.

Contudo, na esteira da liberdade e da exaltação do indivíduo/sujeito emerge o anúncio de um certo desencantamento do mundo. Primeiramente, porque não se trata de uma liberdade qualquer,

⁵ PONCE (op. Cit. p. 134) nos ensina que “tão logo a burguesia conseguiu triunfar, pôde-se ver que a “humanidade” e a “razão” que tanto havia alardeado não passavam da humanidade e da razão “burguesa”. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a “propriedade” aparece imediatamente depois da “liberdade”, entre os direitos “naturais” e imprescritíveis”.

ou mesmo da liberdade que liberta definitivamente o homem das trevas, da ignorância. Trata-se da liberdade de escolhas individuais num universo sem muitas escolhas salvo àquelas que a burguesia legitima como liberdade.⁶ Em segundo lugar, o desencantamento do mundo amplia sua ambientação ao “retaliar” o mito da imanência humana, pois “o iluminismo experimenta um pavor mítico perante o mito”, no dizer de Horkheimer e Adorno:

O homem tem a ilusão de se ter libertado do medo quando já não há mais nada de desconhecido. Isso determina a via da desmitologização do iluminismo que identifica o animado com o inanimado, assim como o mito identificava o inanimado com o animado. O iluminismo é a angústia mítica que se tornou radical (Horkheimer-Adorno, 1980, p. 98).

Jogado à sua própria sorte, o homem encontra na razão-luz a explicação para tudo. Faz da racionalidade um projeto de vida, de futuro, de mundo. Mas a dessacralização do sobrenatural e o império da liberdade calcada na ideologia liberal da burguesia do século XVIII legou ao indivíduo/sujeito traços marcantes do individualismo e a triste descoberta de sua finitude retaliada. Sentindo-se exilado em seu próprio mundo, o homem moderno e, mais tarde, o contemporâneo, passará a perguntar-se sobre essa *obscura claridade* (o conceito é de Baudelaire), e rever as fontes de seu desencantamento diante de um mundo pleno de cientificismo/tecnicismo e vazio de paz.

“O iluminismo é totalitário”, nos dizem Horkheimer e Adorno, na medida em que, ao aderir ao princípio da racionalidade demolidora dos

⁶ É ainda PONCE (Op. Cit. p. 134) quem nos diz que “Para que a burguesia conseguisse realizar o seu prodigioso desenvolvimento não eram suficientes o desenvolvimento do comércio e o alargamento quase mundial do mercado. Era preciso, além disso, que exércitos compactos de trabalhadores livres fossem recrutados para oferecer os seus braços à burguesia”

mitos, dos preconceitos e da tradição, reinscreve em seu projeto de felicidade humana a Razão como a “demolidora” da ignorância, da superstição, do fetiche, etc.

Ora, trata-se, nesse caso, de mera substituição de termos, uma vez que “a mesma potência que anima o mito e a fé se introduz na ideologia”, seja ela qual for. O mito e a fé, ainda que de forma velada, por vezes revoltados ou radicalmente negados eles estão permanentemente presentes em ambientes culturais, históricos, individuais e sociais resistindo a autoridade, o espírito absoluto, o totalitarismo da razão.

A deusa da modernidade, travestida de tecnociência, reveste-se com os diáfanos paramentos da racionalidade do projeto iluminista. São trajes que buscam encantar, seduzir, cooptar e tornar espetaculares, atraentes, míticos, os desencantamentos que o Iluminismo operou, utilizando-se do seu próprio desiderato. Ou seja,

(...) a Providência introduziu-se furtivamente na Razão do século das Luzes, onde se tornou até mesmo Deusa, depois introduziu-se na idéia da ciência ao final do século XIX.(...)” (Morin, 2001:148).

Finalmente, os ambientes desencantados revestem-se de ambivalências entre o bem e mal, e sobre os quais ainda temeremos decidir se acaso estivermos refêns de uma visão reducionista, isto é, fundamentalista acerca da real complexidade dos processos, sejam eles históricos, sociais, culturais, individuais. O Iluminismo, entendido como um programa “de livrar o mundo do feitiço”, como querem Horkheimer e Adorno, parece não ter conseguido o seu desiderato. Parece, enfim, que o reino da racionalidade, ainda que inegavelmente permeie o universo humano, não consegue responder às questões mais elementares da nossa condição humana. As perguntas continuam valendo: quem somos nós?

Por que estamos aqui? De onde viemos? Para onde vamos? Qual o sentido da vida? etc., ainda estão para serem respondidas.

Mas seria um erro pensar que a modernidade concluiu seu desiderato, o seu papel enquanto projeto sob a égide da Razão. Acredito que a razão não esgotou suas possibilidades e suas potencialidades estão muito além do que podemos imaginar. No entanto, o desconcerto operado pela instrumentalidade da razão continua a nos iludir quanto às promessas infecundas de redenção e ao mesmo tempo a nos cativar pelo acelerado processo de digitalização da tecnociência, fazendo-nos acreditar em mitos salvadores que o próprio Iluminismo dessacralizou.

Contudo, a ambivalência imanente ao processo de conhecimento nos permite afirmar que a realidade é a um tempo um presente em permanente atualização em vista de projetos que emergem da experiência do passado e garantem a concretização de um futuro a partir da nossa capacidade de projetar o futuro fazendo a história acontecer no dia-a-dia dos nossos afazeres.

Acredito que é nessa micro-esfera de poderes situados ao nosso alcance e nesse impressionante universo comunicativo proporcionado pelas tecnologias que poderemos intervir potencial e afirmativamente para a tarefa de reencatamento do mundo, dos indivíduos, dos sujeitos históricos que, apesar do desencantamento dos ambientes existenciais operado pela retaliação do projeto iluminista, ainda temos o futuro como possibilidade de sermos mais humanos conosco e com o planeta Terra, do qual emergimos.

REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. *Discurso do método*. [Coleção Os Pensadores] v. I, 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DESNÉ, Roland. A filosofia francesa no século XVIII. In: CHÂTELET, François (org.) *O iluminismo: o século XVIII*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

- DIDEROT, Denis. *Textos escolhidos*. [Coleção Os Pensadores] Trad. M. Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. 7. ed. Trad. Antonio Correia. Coimbra/Portugal: Armênio Amado Editor, 1979.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. In: Horkheimer e outros. *Conceito de Iluminismo*. Trad. José Lino Grünnewald... [et. al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1980. [Coleção Os Pensadores]
- JAPIASSU, Hilton. O racionalismo cartesiano. In: REZENDE, Antonio (org). *Curso de filosofia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1991.
- LARA, Tiago Adão. *Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- MARÍAS, Julián. *História da filosofia*. 6. ed. Porto: Edições Souza & Almeida Limitada, s/d.
- MORIN, Edgar. *Método 4. As idéias: Habitat, vida, costumes, organização*. 2. ed. Trad. Juramir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- NETO, Henrique N. *Filosofia básica*. 2. ed. São Paulo: Atual, 1985.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 9. ed. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: A.A., 1989 [Col. Educação contemporânea].
- TIMM DE SOUZA, Ricardo. *O Brasil filosófico*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- TREVISAN, Amarildo Luiz. *Pedagogias das imagens culturais: da formação cultural à formação da opinião pública*. Ijuí: Unijuí, 2002 [Col. Fronteiras da Educação].
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de. *Dicionário filosófico*. Trad. Marilena de Souza Chauí. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [Coleção Os Pensadores].